

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE

Por: César Munhoz para o portal AprendeBrasil (www.aprendebrasil.com.br) em 22/05/2007.

A década de 90 assistiu a um aumento extraordinário do número de crianças brasileiras na escola. Pelo menos no Ensino Fundamental, a porcentagem de jovens matriculados atualmente é de 93%. Ou seja, no Brasil, quase todo mundo está na escola. Mas em que tipo de escola? Essa que conhecemos, na qual falta infra-estrutura, falta material didático, falta professor, falta remuneração digna para o professor, falta até aluno (apesar de o número de matrículas ser grande, a evasão escolar continua sendo um dos principais problemas no Brasil). Quanto às estatísticas... bem, até pouco tempo, nem havia estatísticas confiáveis a respeito do sistema educacional brasileiro. Era como saber que se está doente, mas não saber de quê, e, conseqüentemente, não saber o que fazer para melhorar. O recém-lançado Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que cruza dados da Prova Brasil com informações sobre repetência e evasão escolar, deu uma idéia clara da gravidade da situação. Em uma escala de zero a dez, as turmas da 1.^a à 4.^a série atingiram, em média, nota 3,8. Da 5.^a à 8.^a série, a nota foi 3,5 e, no Ensino Médio, 3,4. O Ideb é uma das 28 medidas que compõem o PDE, o Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 24 de abril de 2007 pelo governo federal. Apelidado de “PAC da Educação”, o PDE parece ser uma resposta ao avanço quantitativo da década anterior, com projetos que visam o aprofundamento do diagnóstico da Educação e a melhoria da qualidade. A seguir, você confere os principais aspectos do plano, com opiniões de especialistas e comentários sobre as questões que mais têm chamado a atenção da opinião pública. O PDE é o primeiro plano governamental brasileiro que envolve todos os eixos da Educação, inclusive o Ensino Superior. Apesar de abrangente, ele tem como prioridade a Educação Básica, e é para ela que se dirigem suas principais medidas:

1. Nos municípios, aplicar um indicador de qualidade da Educação que leva em consideração o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) tem uma escala de 0 a 10. O PDE estipula que, nos próximos 15 anos, a média brasileira deva subir, da faixa entre 3 e 4 pontos, para a faixa entre 5 e 6 pontos (resultado obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE).

2. Aumentar investimentos e dar orientações técnicas para as mil cidades que apresentarem as notas mais baixas no Ideb.
3. Da mesma forma, aumentar o investimento em municípios que conseguirem elevar seu índice, como forma de incentivo para que a melhoria prossiga.
4. Criar uma prova nacional para avaliar a alfabetização de crianças de 6 a 8 anos, o Provinha Brasil (a Prova Brasil só fazia essa análise com crianças a partir de 10 anos).
5. Realizar uma Olimpíada de Língua Portuguesa com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela leitura e escrita.
6. Propor um piso salarial mínimo de R\$ 850,00 para os professores dos ensinos Fundamental e Médio.
7. Investir na construção de 400 creches por ano.
8. Informatizar e proporcionar acesso à Internet para todas as escolas públicas.
9. Fornecer ajuda de custo para que escolas que têm alunos na zona rural adquiram ônibus, microônibus e barcos. O dinheiro (300 milhões de reais) será disponibilizado por meio do BNDES, e a seleção das escolas beneficiadas será feita por pregão eletrônico.
10. Levar energia elétrica a todas as escolas a partir de 2009 (1,5% dos alunos estudam em escolas que ainda não têm esse recurso).
11. Oferecer graduação a professores que ainda não possuem e formação continuada aos já graduados, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).
12. Investir 17,5 milhões de reais para ampliar as bibliotecas de mais de 17 mil escolas de Ensino Médio, incluindo obras literárias. A escolha das obras será feita em um processo que envolve as escolas e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).
13. Intensificar a instalação de salas multifuncionais para Educação Especial (incluindo computadores, televisão e DVDs, entre outros materiais didáticos específicos).
14. Implantar o Educacenso, novo formato do censo escolar que possibilitará o acesso a informações detalhadas sobre cada escola, professor e aluno. A data do lançamento dos dados no censo foi alterada de 30 de março para 30 de maio, evitando que dados como dupla matrícula e mudança de escola sejam incluídos no banco.
15. Dar atendimento de saúde a professores e alunos dentro das escolas, por meio do programa Saúde da Família.
16. Fornecer óculos gratuitamente a estudantes com problemas de visão.
17. Montar um Guia de Tecnologias Educacionais com base em idéias enviadas por educadores de todo o País, abordando oito áreas:

- Ensino/aprendizagem: metodologia e avaliação referentes aos componentes curriculares;
- Alfabetização: anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Ampliação da jornada escolar;
- Formação continuada do professor;
- Fluxo escolar;
- Leitura: promoção e formação de mediadores;
- Avaliação institucional;
- Gestão educacional.

18. Distribuir a todas as escolas uma série de 60 volumes com obras de grandes nomes da Educação de todo o mundo.

19. Por meio do programa Mais Educação, realizado pelo Ministério da Educação em parceria com os Ministérios do Esporte, da Cultura e do Desenvolvimento Social, promover atividades esportivas e culturais nas escolas, para que os estudantes passem o maior tempo possível dentro das instituições.

Para ver a relação completa de projetos e os documentos que os instituem e/ou regulam, acesse a área especial que o MEC criou para o PDE em seu portal.

É bom? Vai sair do papel? Como contribuir? É bom? Vai funcionar?

“Sempre achei os planos governamentais relacionados à Educação muito demagógicos e enfeitados com palavras difíceis, porém sem foco algum”, conta o educador e articulista do portal Celso Antunes. “Mas, no lançamento do PDE, fui obrigado a reconhecer que todos os itens dele estão focados na qualidade, ele tem idéias excelentes”, admite. O educador acredita que a base dessa excelência está na combinação de avaliação sólida, abrangência, verbas significativas e o estabelecimento de metas compatíveis. “Além disso, o plano premia a qualidade”, completa ele, referindo-se à decisão de oferecer mais dinheiro às escolas que atingirem boas notas no Ideb. Para Erasto Fortes, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), um dos aspectos mais importantes do PDE é o fato de ele mostrar o governo federal tomando uma atitude. “É uma iniciativa absolutamente importante do MEC, de promover uma articulação entre todos os sistemas de ensino estaduais e municipais para atingir determinadas políticas educacionais.” Ele também destaca a boa abrangência do plano, apesar de acreditar que ele

poderia apresentar mais medidas destinadas ao Ensino Superior. “O que é compreensível. Afinal, neste momento, precisamos mesmo nos focar na melhoria da Educação Básica”. “A melhoria da qualidade na Educação passa pelo binômio financiamento X gestão”, lembra Mozart Neves Ramos, coordenador executivo do instituto Todos Pela Educação, afirmando que o PDE faz mudanças de paradigma nesses dois elementos. Ele acredita que o plano exige dos municípios e estados uma nova postura na busca de financiamento, à medida que vincula recursos a objetivos a serem atingidos. Para Mozart, outra qualidade do plano é a de trazer não apenas projetos de base — como novas formas de avaliação, mais financiamento para creches e transportes, formação e valorização do professor —, mas também medidas que ele chama de “oxigenadoras”, como a Olimpíada de Língua Portuguesa. “Não é estruturador, mas mobiliza os alunos a estudarem”.

As opiniões refletem a da maioria da comunidade de educadores brasileiros, que recebeu muito bem o plano: não dá para negar que ele é bom, faz jus ao título de “focado em qualidade”. Mas de boas intenções, o inferno está cheio. A questão agora é: Sai do papel? O que é preciso para que isso aconteça? “O que me deixa com medo é o longo caminho que existe entre o plano e os Estados, os municípios, as escolas e, finalmente, o professor e o aluno, explica Celso, que alerta para o fato de que a fragilidade na execução pode acabar com o plano. Para a educadora Otilia Marcacci, especialista em tecnologia e gestão educacional de Pinhais-PR, é preciso lembrar que “a educação é feita de gente”, e que é preciso que todos os envolvidos no processo — educador, professor, família, governo — se responsabilizem por ele. “Não há boa escola que não tenha uma boa integração com a comunidade que a rodeia. O processo de mobilização precisa ser trabalhado por meio de comitês locais, que incluam lideranças sociais e empresariais, para que não seja *chapa branca*”, complementa Mozart, que acredita que é preciso haver agentes externos (não especificamente ligados à escola ou ao governo) no acompanhamento das metas propostas pelo PDE. Falando em país, eles estiveram no centro do discurso do presidente Lula no lançamento do plano. Ele ressaltou a importância da participação da família para que o PDE dê certo. “É o princípio da gestão democrática da Educação”, concorda Fortes, da UnB, que sugere que os pais participem no direcionamento da escola, como, por exemplo, na escolha dos diretores. “Gosto da ideia de conselhos escolares que, além de educadores, também incluam pais e alunos”. A ideia é compartilhada por Celso, que faz uma ressalva:

“Os educadores é que devem orientar as decisões do conselho. Eles têm o conhecimento pedagógico para tal”.

Aproveitando o gancho da escolha de diretores, Mozart, do Todos Pela Educação, cita um exemplo interessante de Pernambuco, que mostra a importância do financiamento condicionado a resultados e da gestão democrática: “Os diretores passam por cinco etapas de seleção. Primeiro, o candidato se inscreve e vai para uma pré-seleção feita pela Universidade Federal de Pernambuco. Os aprovados passam por uma espécie de capacitação, oferecida pela Secretaria de Educação, para a elaboração de um plano de trabalho pautado em resultados, em metas. Eles então mostram seus planos de trabalho à comunidade, que os analisa e vota nos que aprova. O vencedor assina um contrato de gestão com a secretaria, no qual são apresentados os resultados que o diretor se propõe a atingir. Isso vem melhorando muito a gestão escolar no Estado, acabando com a ingerência política, já que muitas vezes eram as indicações políticas que norteavam a escolha do diretor de uma escola. Falta um pouco desse tipo de detalhamento no PDE, visto que, ao mesmo tempo em que o MEC estabelece metas, é preciso também que a outra ponta se comprometa com elas. Essa é a garantia de que as metas vão realmente ‘chegar à escola’.”

“Cuidado: gestão democrática não é isenção de responsabilidade do Estado!”, alerta Fortes.

“Durante os anos FHC, o governo federal jogava muita responsabilidade para as parcerias da comunidade e se descomprometia. Nesse sentido, o PDE foi bem pensado: os municípios cumprem metas e o governo avalia e libera recursos”.